

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 800 - de 12 de janeiro a 9 de fevereiro de 2017



UNIDADE pela
Reconstrução do



“Prioridade é a luta contra MP746”

Delegados ao Encontro de Grêmios querem organização e unidade para enfrentar golpistas

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas realiza, de 30 janeiro a 1º de fevereiro, o 3º Encontro Nacional de Grêmios (ENG), em Fortaleza.

O Trabalho conversou com Julia Zocchi, do grêmio da ETEC de Artes em São Paulo (SP) e Yuri Vieira do Vale, do grêmio do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF, em Juiz de Fora (MG), que foi ocupado no ano passado contra a PEC 55 (teto de gastos) e a MP 746 (reforma do ensino médio). Ambos são delegados ao ENG.

O Trabalho - Qual deve ser o centro da discussão no encontro?

Julia - A prioridade deve ser a luta contra a MP 746, que vai precarizar ainda mais o ensino público, aprovada na Câmara, e agora em votação no Senado. A gente continua a exigir sua retirada. Ela não pode prosseguir no Congresso golpista que só faz avançar contra o povo e não vai deixar passar nenhum tipo de emenda que defenda a escola. Essa luta tem que estar junto com a defesa firme por nenhum direito a menos, o que só vamos garantir se a gente tirar o Temer.

Yuri - Depois de um 2016 extremamente conturbado, o 3º ENG, acho que tem como tema central garantir forças e impulsões que mantenham a luta acessa para os secundaristas. Depois de todas essas ondas de ataques do governo golpista, a gente também mostrou a capacidade dos estudantes organizarem a luta em unidade, puxada pelos movimentos secundaristas



Julia Zocchi

por todo o Brasil, com mais de 800 escolas ocupadas, esparramando a luta e as palavras de ordem na rua.

OT - Qual o balanço da luta do ano passado?

Julia - A luta dos secundaristas no ano passado foi intensa, porém extremamente desgastante. Houve a falta das entidades estudantis como a UBES na hora de fazer seu principal papel, que seria organizar e coordenar uma luta nacional, juntando todas as ocupações e escolas mobilizadas. O ato do dia 29 de novembro acabou sendo muito tarde (1ª votação da PEC 55 no Senado). Além disso, teve o fortalecimento da repressão, o que fez com que estudantes fossem prejudicados, e em alguns casos até presos. O mais importante é que mostramos nossa força e despertamos mais jovens.

Yuri - A primeira coisa para mim que poderia resultar numa luta mais organizada seria a informação e a

própria união interna dos alunos para ter atos mais unitários, mais cheios, com mais força. Porque acabou que o movimento tinha uma bandeira, que era contra a PEC 55 e a MP 746, mas ele ainda ficava muito disperso. Nas ruas, pelo menos no cenário que eu vislumbrei aqui em Minas Gerais, as diferentes forças não conseguiram se organizar no sentido de fazer atos em unidade na rua, ou trazer interlocução para dentro das escolas. Mas os lados positivos foram imensos, também, o ganho para a militância. Reacendemos a chama da luta que estava aí, morna. Mas de toda forma, organização e unidade são as duas palavras que definem o que faltou nesse momento.

OT - Julia, o que você acha sobre o quadro atual da organização estudantil na base?

Julia - Infelizmente há muitos grêmios que sofrem pressão da direção. Na minha escola mesmo, já ouvi dizer que o grêmio só serve se ele ajudar o diretor, sem causar problemas. Vou para o ENG com o intuito de discutir a necessidade de grêmios livres e conseguir trazer conceitos importantes para o local que eu estudo. Acho necessário também, discutir a armadilha que é uma organização de estudantes autônomos, coisa que tem sido tendência em todo o país. Os autonomistas



Yuri Vieira

se negam a organizar as coisas de forma coletiva e democrática.

OT - Yuri, a existência do grêmio ajudou na ocupação?

Yuri - O mandato como Grêmio estudantil facilitou muito a ocupação, tanto para ter legitimidade para fazer pedidos de apoio para mandatos ou sindicatos, mas também de organizar as reuniões, dirigir os processos de votações. Diariamente a gente encontrava, por exemplo, a necessidade de discutir uma pauta em conjunto, a necessidade de tirar comissões para agilizar decisões na ocupações. O grêmio teve mais essa tarefa, de organizar por trás daquilo que saiu nos jornais e fazer o trabalho de correria.

Luta contra aumento da tarifa do transporte

Governo do DF joga cavalaria contra manifestantes

Vários governos vêm anunciando aumentos absurdos das tarifas. Em Brasília, o governador Rollemberg (PSB) subiu o valor do transporte para trajetos de longa duração, o qual a maioria da população do DF utiliza para trabalhar/estudar, de R\$ 4,00 para R\$ 5,00.

A Câmara Legislativa em crise com o governo do DF ameaçou revogar o aumento. Rollemberg propôs diminuir a passagem de R\$ 5,00 para R\$4,50, desde que a Câmara se comprometa a votar favorável na redução do benefício do passe livre que, para ele, esgota os recursos públicos.

A juventude começou a se mobilizar convocando atos que foram fortemente reprimidos, com a Polícia Militar usando a cavalaria contra os manifestantes.

Mas, aos poucos vários atos também acontecem nas cidades satélites. A Juventude Revolução organizou um ato no Gama e discutiu com usuários do transporte público a necessidade de organizar a mobilização.

O povo não pode continuar refém dos empresários que fazem negociatas com o governador. As entidades estudantis e sindicais precisam entrar em cena, organizando as mobilizações para evitar a ação de provocadores que alimentam a repressão policial, garantindo que o povo possa se dirigir ao governador exigindo a revogação do aumento, estatização do transporte e a garantia do passe livre irrestrito e ilimitado.

Correspondente

Reunião discute a questão negra

Atividade em Volta Redonda reúne cidades do sul-fluminense

Em 26 de novembro ocorreu em Volta Redonda a 1ª Plenária Conjunta do Movimento Negro Unificado (Volta Redonda, Barra Mansa e Resende). Iniciativa de jovens militantes da corrente O Trabalho, o tema foi “A luta contra o racismo na construção do projeto político do povo negro para o Brasil”.

A mesa foi formada por Marcelo Dias e Sílvia de Mendonça, da Direção Nacional do MNU; Clarice Ávila, professora de Barra Mansa; Érika Monteze, advogada de Volta Redonda; Melzaque Caetano, professor de Resende e Vitor Moraes, militante da OT. No centro, a questão negra e a existência de um movimento negro em Volta Redonda e na região sul-fluminense.

A discussão destacou a luta contra esse modelo de sociedade que exclui o povo negro de todo processo constitutivo do Brasil. Nos diversos níveis

da sociedade os negros estão em desvantagem, o espaço é reduzido na política, nos empregos, nas universidades. Os retrocessos na educação que o governo golpista promove também foram temas do debate. Devido a discrepância em todos os níveis que já vivem, os jovens negros são os mais afetados com esses ataques. A desmilitarização da PM foi outra questão levantada.

O encontro foi o pontapé inicial da criação de uma comissão do MNU no sul-fluminense, com responsáveis de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Porto Real, que se reunirá para discutir os problemas específicos da população negra na região e, a partir dessa reunião, construir e fortalecer o Movimento Negro Unificado.

À luta!

Malú Oliveira

Não vamos dar trégua aos golpistas!

Nesta primeira edição de 2017 começamos o ano revigorando nossos compromissos com a luta pelo avanço da resistência, para que os trabalhadores possam reunir forças e passar à contraofensiva detendo a marcha à barbárie que ameaça o Brasil e o mundo.

No Brasil, o gosto amargo do golpe para a maioria oprimida do povo, terminou com o fel do governo golpista que anunciou, às vésperas das festas de final de ano, o ataque à CLT, depois de ter enviado ao Congresso a contrarreforma da previdência.

A crise econômica rebaixa os salários e, cada vez mais, ameaça as famílias trabalhadoras com o flagelo do desemprego que não para de fermentar.

Amplamente impopular, o governo golpista, com o apoio de instituições apodrecidas - Congresso e Judiciário -, avança em velocidade os ataques encomendados pelo imperialismo ao patrocinar o golpe.

"A situação é grave e pode explodir", proferiu a togada Carmen Lúcia, presidente do STF, a respeito da horrenda situação dos presídios no Brasil. Do lado de fora, a situação, gravíssima, ameaça condenar milhões de brasileiros à miséria, sem trabalho, sem escola, sem educação, se prosperar a política - que essas instituições apoiam - de colocar

o país e os trabalhadores no altar de sacrifício do capital financeiro.

Todo dinheiro tirado dos serviços públicos vai parar no bolso dos especuladores, cada direito retirado do trabalhador vai garantir o lucro de uma classe parasita.

6º CONGRESSO: NA LUTA CONTRA O GOLPE, RECONSTRUIR O PT

É preciso deter a marcha acelerada à desagregação que representa cada dia de permanência de Temer na presidência.

É preciso implodir este governo ilegítimo, por isso, mais do que nunca começamos o ano na luta pelo Fora Temer, e, com a CUT, ajudando a construção de uma greve geral por nenhum direito a menos!

É preciso implodir as instituições que condenam o país ao atraso e sustentam, no Legislativo e Judiciário, o governo golpista. Por isso, reafirmamos nosso compromisso com a luta por uma Constituinte Soberana para fazer as reformas populares, como as reformas agrária, urbana e tributária e reconquistar o que foi retirado.

A luta no campo e nas cidades, das ruas, fábricas, escolas e bairros, para expulsar os sanguessugas da nação, essa luta deve ser o

centro da discussão para o 6º Congresso do PT, um congresso que seja de reconstrução.

Reconstruir o PT e preservar o principal instrumento político que os trabalhadores construíram no Brasil, no mesmo movimento que expulsaram a ditadura. E é para que não fique vestígio dessa capacidade demonstrada pelos trabalhadores que o Poder Judiciário, persegue, denuncia e prende petistas. Vamos defender o PT na luta pela sua reconstrução.

Reconstruir, e desde já! Chega de enredar o PT com os partidos inimigos da nossa classe, todos alinhados com ao golpe.

Vamos devolver à militância petista a prerrogativa de definir os rumos do partido, livrando o PT dos vícios internos causados pela adaptação às atuais instituições.

Nesse mês de janeiro este é o combate que assumimos ao lado dos companheiros do Diálogo e Ação Petista.

Chamamos a militância do nosso partido a somar-se a ele e, lado a lado, construirmos chapas de Unidade pela Reconstrução do PT para inscrevê-las no dia 30 de janeiro.

Confiantes de que os trabalhadores, apoiados em suas organizações, terão a capacidade para derrotar os golpistas e barrar a marcha ao caos, chamamos todos e todas a trazermos o PT de volta para os trabalhadores, para que possamos almejar um feliz 2017!

100% ARRECADADO!

Nossa **CAMPANHA FINANCEIRA**, com a venda do calendário de 2017, sobre a Revolução Russa, cumpriu 100% do objetivo. Uma vitória.

Num ano em que se consolidou um golpe contra os trabalhadores e a democracia, mas também um ano marcado pela resistência, os militantes de O Trabalho estavam com os milhões que foram às ruas, que lutaram contra o golpe, e que continuarão lutando em 2017. Estavam e estarão junto aos milhares de petistas na luta pela reconstrução do PT, dos direitos e das organizações construídas pela classe trabalhadora.

Na luta pela independência política dos trabalhadores não arredamos pé da nossa independência financeira. Reconhecendo esse combate, milhares de militantes do movimento sindical e popular, jovens nas universidades e escolas e militantes do PT nos bairros, atenderam ao nosso apelo e contribuíram.

Agradecemos a todos e saudamos o esforço dos nossos militantes que permitiu cumprir o objetivo. A necessidade de manter nossas finanças continua em 2017 e a contribuição de todos será muito importante. Deixamos um convite, aos que contribuíram e ainda não são assinante do jornal O Trabalho, a fazerem sua assinatura para acompanhar nas nossas edições, a luta da classe trabalhadora no Brasil e no mundo.

Para os que ainda querem adquirir o calendário, temos alguns exemplares que podem ser pedidos no nosso site.

Memória

NEGOCIATA DA DITADURA FAVORECE MULTINACIONAL

Sorridente, Shigeaki Ueki, ministro das Minas e Energia, assinou no último dia 12 o contrato de compra da Light pelo Brasil. Depois, bateu palma, juntamente com os representantes da multinacional Brascan (proprietária de 83% das ações da empresa), pelo "ótimo" negócio realizado (...). Rapidamente, o mesmo governo que assinou os contratos de risco e permitiu a avassaladora exploração imperialista do país (...) pagou US\$ 1,5 bilhão pela Light. (...) os lucros obtidos com a exploração dos serviços durante mais de 60 anos já pagaram com folgadas sobras tudo o que foi investido no Brasil. Na verdade, o país nada deve à Light. Mas teve que pagar não só pela compra de algo que já estava mais do que pago, como pelas manobras realizadas pelo conglomerado canadense.

O Trabalho nº 16 - 16/1/1979



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

33º Congresso da CNTE

Preparar a greve da Educação em defesa dos direitos e contra a MP 746

O 33º. Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) se realiza de 12 a 15 de janeiro em Brasília. Primeiro congresso de 2017, ganha extrema relevância. Os trabalhadores da educação, assim como o conjunto da classe, estão confrontados aos diversos ataques implementados pelo ilegítimo governo Temer.

O Congresso da CNTE se instala com a decisão tomada na última reunião do ano do Conselho Nacional das Entidades, de convocar para o dia 8 de março como Dia Nacional da Greve na Educação, em defesa dos direitos e reivindicações da categoria, que desde já deve ser apoiado e fortalecido.

O objetivo do golpe, de destruir os direitos conquistados e a soberania nacional, avança. Depois de desviar os recursos do Pré-Sal para as multinacionais, o governo golpista encerrou 2016 com a aprovação da PEC 55 que implicará em cortes brutais à educação pública, colocando em cheque a aplicação da Lei do Piso – que deverá ser de R\$ 2.298,80 - sejam no cumprimento dos reajustes anuais, do um terço das jornadas para trabalho extra-classe e na adoção de carreiras.

Por outro lado, a reforma do Ensino Médio – em tramitação - abre precedentes para rebaixar o currículo (reforço dado pela Lei da Mordada/Escola sem partido), inviabiliza os cursos noturnos e amplia a possibili-



dade da privatização. A contrarreforma da Previdência pretende acabar com o direito à aposentadoria da maioria do povo trabalhador, revogar a aposentadoria especial dos professores, igualar as idades mínimas de homens e mulheres, subindo para 65 anos a idade de aposentadoria para se obter o salário integral. A reforma trabalhista cria artifícios para revogar todos os direitos trabalhistas, na medida em que o negociado prevalecerá sobre o legislado (ver pag.9).

O quadro se agrava com a aplicação do ajuste fiscal em diversos estados, impondo o parcelamento de salários de servidores como em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e Piauí, onde a política de cortes de gastos é um obstáculo para cumprir o reajuste da Lei do Piso Salarial Nacional.

Diante dessa situação, a mais ampla

unidade da classe é crucial para barrar os ataques do ilegítimo Governo Temer. No entanto, à luz das experiências das mobilizações e paralisações de 2016, a unidade para a Greve geral está por se construir. O empenho de setores, como a Conlutas/PSTU em conjunto com a Força Sindical, em datas “alternativas” às paralisações nacionais convocadas pela CUT são exemplos a serem combatidos.

Num movimento pela greve geral

Reforçado pelo Congresso que está chamado a adotar a posição do Conselho Nacional de Entidades, o dia 8 de março se inscreve no movimento que a CUT está chamada a construir, pela greve geral, pois o que está em jogo é o combate pela unidade da classe organizada em defesa dos direitos, das conquistas e da soberania da nação!



Servidores federais adotam plano de lutas

Em congresso de crise, prevalece a defesa da Condsef

De 3 a 7 de dezembro, o XII Congresso da Confederação Democrática dos Servidores Federais (Condsef-CUT) reuniu, em Cuiabá (MT), 1500 delegados. A grande maioria estava interessada em discutir como enfrentar e derrotar os ataques do governo golpista Temer para preservar os direitos.

No entanto, a discussão foi prejudicada por um bloco oportunista, anti-CUT, formado pelo vice-governador de Rondônia (PSB, que também é presidente do sindicato local!) pelo “Unidos para lutar” (Psol) e por áreas de influência da Conlutas.

Desde o início, esse bloco tentou transformar o Congresso num palco de propaganda da Lava Jato gritando “fora os corruptos do Brasil e da Condsef”, política que opunham à construção da unidade pelas reivindicações. O pretexto foi a punição de dois diretores, por problemas na administração dos fundos da entidade, aplicada por

uma plenária da entidade, no mês de julho/2016 (punição que teve o voto favorável de ambos os punidos que, portanto, reconheceram o erro).

Em defesa da Condsef, contra as tentativas de tumultos e questões de ordem, a maioria cutista propôs votar em plenário todas as posições do bloco anti-CUT, mesmo as abertamente antiestatutárias e antirregimentais, que foram lidas e defendidas.

Enquadrado pela democracia, o bloco anti-CUT esperneou no seu tempo de palavra para, em seguida, ser derrotado esmagadoramente no voto. Contra suas propostas, o Congresso aprovou a resolução de julho e encerrou o assunto.

É lamentável o tempo e a energia gastos com esse tema. Mas foi um combate necessário, para defender o quadro do Congresso e também para armar a categoria contra o massacre da propaganda anti-sindical, anti-PT e anti-CUT da Lava Jato e mídia. A farsa

da “luta contra a corrupção” está sendo a usada para fazer passar os ataques do governo golpista.

Daí a importância do Manifesto “Fora Temer, Nenhum direito a menos!”, aprovado por ampla maioria, que denuncia o golpe, o estado de exceção imposto pelo Judiciário e chama a mais ampla unidade dos servidores federais para derrotar o ataque aos servidores e à nação.

Para a eleição da direção, formou-se uma chapa cutista ampla, que recebeu 840 votos (58%), mantendo o companheiro Sérgio Ronaldo como Secretário Geral. Participando da chapa cutista, os delegados da Tese 6 (O Trabalho, independentes e grupos regionais) indicaram 12 nomes para os Departamentos e Direção Nacional da Condsef.

Edison Cardoni

Assim como foi feito em São Paulo, no Congresso da Apeoesp, no manifesto aprovado, o 33º Congresso da CNTE deve se dirigir à CUT para que apoie essa Greve da Educação, e que organize a partir daí, a mobilização de toda a classe trabalhadora para uma Greve Geral por “Nenhum direito a menos” que derrote os ataques do golpista Temer.

João B. Gomes

Sintonizar o ANDES-SN com o conjunto dos trabalhadores

É hora de fazer o balanço da política da direção que recusou a luta contra o golpe

O Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (23 a 28 de janeiro) ocorre depois dos enfrentamentos de 2016 que resultaram no golpe que removeu a presidente Dilma do cargo. Como se recorda, a diretoria do ANDES-SN, depois de derrotar a ideia de que o centro da luta de 2016 deveria combinar a luta contra o golpe à luta contra o ajuste fiscal, acabou arrastada pela CSP-Conlutas para a linha golpista do Fora Todos, tendo inclusive se empenhado em fracassados atos divisionistas no momento em que as organizações dos trabalhadores puxavam os grandes atos contra o golpe.

Já em julho de 2016, no 61º CONAD, depois que o golpe era nítido e que o programa Ponte para o Futuro, com seu rosário de medidas destrutivas, já estava na rua, a diretoria barrou uma emenda em que se propunha uma posição do sindicato contra o impeachment.

Esta posição acabou se refletindo na hora de enfrentar a PEC 55, com o sindicato mostrando pouco poder de mobilização, com a diretoria sendo praticamente arrastada para a greve parcial que se desenvolveu entre novembro e dezembro.

O 36º Congresso está convocado a este balanço, como propõe a tese apresentada pelos docentes reunidos no Fórum Renova ANDES-SN que se organiza para ter uma presença maciça no evento.

Eudes Baima

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



CRESCE MOVIMENTO PELA RECONSTRUÇÃO

A necessidade de reconstrução do PT, como principal conquista histórica da classe trabalhadora no Brasil, vem sendo entendida por um número cada vez maior de militantes. Isso fica demonstrado pela disseminação dos encontros do Diálogo Itinerante, com a participação de companheiros de várias correntes, e pela aprovação nessas reuniões do chamado à unidade pela reconstrução.

Essa unidade, para o Diálogo e Ação Petista deve se dar

com base em pontos políticos muito claros: fora Temer, nenhum direito a menos, preparação da greve geral, chega de conciliação, nenhuma aliança com golpistas, Constituinte para fazer as reformas populares e fim do PED, com a volta dos encontros de base.

Este movimento deve ser ampliado a tempo de permitir a inscrição de chapas para os diretórios zonais e municipais e de delegados aos encontros estaduais. O prazo é 30 de janeiro.

ZONA NORTE DE SÃO PAULO

27 militantes de três Diretórios zonais da região Norte da capital paulista reuniram-se no dia 13 de dezembro, na sede da Apeoesp-Norte. A mesa foi dirigida pelo diretor de Ensino da região Norte da prefeitura de São Paulo, Professor Duarte, e pelo diretor da Apeoesp e da Coordenação da subsele Norte, João Ferreira. Como debatedores participaram João Felício, presidente da Confederação Sindical Mundial, e Henrique Ollitta, presidente do PT de Vila Maria.

Felício fez uma análise do PT, enfatizando que nesse momento não pode haver nenhuma ambiguidade, a situação “exige



Ollitta, Felício, Duarte e João Ferreira na Apeoesp-Norte

um perfil ideológico mais consistente”. Ele afirmou que o povo precisa distinguir claramente a diferença de propostas do PT das dos outros partidos, mesmo que isso leve a eventuais derrotas eleitorais. Fazendo um balanço positivo dos go-

vernos do PT, disse que não é possível sustentar alianças com os partidos que deram o golpe. Ollitta destacou o reflexo da política de alianças na prefeitura de São Paulo, citando a difícil relação dos movimentos populares com o prefeito Haddad: “Precisou morrer gente no

incêndio na Ocupação em Vila Maria para, depois de 3 anos e meio, Haddad receber pessoalmente o movimento”.

Entre os presentes estavam dirigentes petistas da Ocupação Douglas Rodrigues, sindicalistas, como Nilceia da Apeoesp, e o presidente do PT de Santana, Professor Wal. Depois de um rico debate foi adotada uma Carta dirigida aos militantes do PT dos quatros Zonais da Norte (Tucuruvi, Santana, Jaçanã e Vila Maria), propondo a constituição de chapas de unidade pela Reconstrução do PT, com base em cinco pontos: Fora Temer; Nenhum Direito a Menos; Chega de Conciliação, não participar de governo com golpistas; Constituinte pelas reformas populares; e fim do PED.

BAHIA



Reunião do Diálogo Itinerante em Feira de Santana

Durante o mês de dezembro, três reuniões do Diálogo Itinerante foram realizadas na Bahia, duas em Salvador, uma no Bairro da Paz e outra geral, e uma na cidade de Feira de Santana. Nas três a conclusão foi a constituição de chapas de unidade pela reconstrução do PT.

Conforme as declarações aprovadas nas três reuniões, a unidade deve se dar a base para a construção das chapas são os cinco pontos apresentados pelo Diálogo e Ação Petista (ver acima).

Em Feira de Santana, compuseram a mesa Gerinaldo Costa, ex-presidente do DM; Hildete Farias, do Sindprev; Beldes Ramos, vereador; Paulo Riela, do comitê do DAP-BA; e Vera Carneiro, educadora e militante do PT. A reunião decidiu levar o

debate para toda a região próxima.

Em Salvador, a mesa contou com Paulo César, do Sindpetro; Cláudio Santos, do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista; Lourival Lopes, da direção nacional da CUT; Gilberto Leal, do Conen; e Edilson Moreira, da direção municipal do PT. Foi decidido levar o Diálogo Itinerante para a base do Sindpetro, Sindvigilantes, APUB, Camaçari e, Movimento Negro.

Na reunião do Bairro da Paz, decidiu-se lutar pela construção da chapa de unidade no diretório zonal. Estavam na mesa, além de Cláudio Santos e Paulo Riela, a dirigente da CUT-BA Antonia Sampaio, a vereadora Vânia Galvão, o secretário da JPT-BA Matheus Maciel e a ex-candidata a vereadora Célia Guimarães.

CUIABÁ (MT)

O Diálogo Itinerante fez em dezembro, em Cuiabá, uma reunião com cerca de 20 militantes. A discussão girou em torno de três textos: Unidade pela Reconstrução do PT, do Diálogo e Ação Petista, o

Manifesto do campo majoritário e o texto do Muda PT.

O presidente da CUT-MT, João Luiz Dou-rado, defendeu o fim da conciliação com os partidos golpistas.

SALTO (SP)

Cerca de 20 petistas, trabalhadores de diversas categorias profissionais (papeleiros, condutores, ECTistas, construção civil, professores, jornalistas e militantes do movimento negro), realizaram no dia 17 de dezembro, em Salto (SP), uma discussão sobre a necessária unidade pela reconstrução do PT. Organizadas por petistas da região, a reunião contou com a presença de militantes das cidades de Itu, Porto Feliz e Elias Fausto. O debate, com a presença de Markus Sokol do DAP e Roberto Felício, militante da CNB, foi ao

redor dos cinco pontos propostos pelo Diálogo e Ação Petista.

Ao final, foi aprovado um comunicado da reunião dirigido aos petistas da região, propondo chapas de unidade pela reconstrução do PT. Também foi decidido organizar novas reuniões do Diálogo Itinerante na região, em janeiro. Foi aprovada uma moção de apoio ao Sindicato dos Papeleiros contra a proposta do Temer de comprar e imprimir papel moeda no exterior.

JUIZ DE FORA (MG)

Em 15 de dezembro, em Juiz de Fora, ocorreu um Diálogo Itinerante, com presença de um número expressivo de militantes, representação de mandatos parlamentares da região, sindicatos, movimentos sociais e da CUT. Também participaram representantes de todas as correntes políticas que compõem o diretório municipal do PT de Juiz de Fora.

Betão, vereador em Juiz de Fora, abriu o debate, no qual as intervenções destacaram os ataques aos direitos dos trabalhadores representados pela PEC 241/55 (do teto de gastos), contrarreforma da

previdência, do ensino médio, entre outras. O risco das eleições indiretas para a presidência e as estratégias de ação no atual cenário também foram debatidos.

Vários lembraram a fundação do PT de Juiz de Fora, os debates ocorridos e a importância que é ter um partido construído pelos trabalhadores. Os militantes oriundos de diversos agrupamentos do partido pediram o fim do PED e a volta dos encontros para a reconstrução do partido, retomando as suas bases e as discussões políticas para sua condução.

Uma cartilha de divulgação nas redes está disponível na internet em www.militante.petista.org.br. Nos ajude a associar mais petistas nessa luta!

Falso combate à corrupção encobre interesses escusos

O PT não pode mais vacilar frente a ofensiva de um Judiciário apodrecido

No dia do natal, os petistas ganharam o que se pode chamar de um presente de grego. Em entrevista ao O Estado de S. Paulo, o presidente do PT, Rui Falcão, perguntado se o PT vai punir casos de corrupção, aventou a hipótese do 6º Congresso criar mecanismos para julgar os petistas presos pela Lava Jato.

Apesar de reconhecer “o processo de parcialidade na Justiça brasileira hoje”, Rui Falcão aceita abrir processo interno para petistas aos quais Moro apontou o dedo e colocou na cadeia?

A principal “parcialidade” da Justiça é o fato que o pretenso combate à corrupção é instrumento de uma perseguição feroz contra o PT, para facilitar o caminho à destruição da soberania da nação, a serviço do imperialismo dos EUA. Proliferam evidências das relações entre Moro e o Departamento de Estado norte-americano, além de evidentes serviços que a Lava Jato está prestando para os interesses de grandes multinacionais petrolíferas e da construção civil (ver pag.9).

Rui Falcão reproduz o mesmo equívoco do texto de Valter Pomar, “O PT na luta contra a corrupção (contribuição ao Congresso do partido)”, disponível na internet. O texto, depois de afirmar coisas corretas, como denunciar a hipocrisia no combate à corrupção pela burguesia, e mesmo de propor questionar “a legalidade



Em ato na CUT, faixa do Diálogo e Ação Petista em defesa de Vaccari

e a legitimidade dos processos desenvolvidos pela Lava Jato e outros semelhantes”, é forçoso dizer, entra no jogo jogado pelo hipócrita combate à corrupção.

Quem acusa?

Pomar afirma que “cabe também avaliar segundo nosso próprio juízo os filiados que estejam sendo acusados de malfeitos”, e propõe “eleger no sexto congresso uma ‘Comissão Especial de Investigação’”.

Acusados por quem? O que menos falta, nesta operação hipócrita de combate à corrupção, são petistas acusados de malfeitos. A começar por Lula,

contra o qual Moro, Dallagnol & Cia abriram uma metralhadora giratória.

Independente da intenção do proponente, tal proposta joga água no moinho das operações fraudulentas. Moro aponta o dedo e o PT investiga?!

O PT não pode, no 6º Congresso, repetir os erros dos dois últimos. No 4º Congresso (fevereiro de 2014) ao recusar uma campanha pela libertação dos companheiros (José Dirceu, Genóino, Delúbio naquele momento já presos, e João Paulo, preso alguns dias depois), condenados injustamente na Ação Penal 470. No 5º Congresso (junho de 2015), ao não tirar nenhuma campanha prática pela libertação do

companheiro Vaccari, o primeiro petista acusado de malfeito pela operação Lava Jato e preso, dois meses antes do Congresso, em abril de 2015.

Mais grave ainda seria o 6º Congresso dar esse perigoso passo em falso e criar uma comissão para investigar os petistas acusados por Moro e toda turma de togados. Isso só facilitaria o trabalho para os que querem aumentar a safra de petistas acusados de malfeitos.

Evidentemente, o movimento operário não deve coabitar com os que queiram viver do movimento e não para o movimento. Mas, absolutamente não é disso que se trata aqui.

Primeiro porque individualizar o problema, procurando culpados, ofusca a verdadeira discussão que o PT está chamado a fazer para livrar-se da política de conciliação (adaptação às instituições, política de alianças eixada na aliança nacional com o PMDB).

Segundo porque o partido não pode vacilar na denúncia das operações fraudulentas desse Judiciário. Ao contrário, o partido está chamado a defender a libertação dos petistas, condição para que o PT possa ter uma posição independente. A libertação dos presos em operações fraudulentas é parte do combate em defesa do PT. E também contra estas instituições que condenam o país ao atraso.

Misa Boito

Isto tem que parar!

Insistir nos erros que estão na base da crise é contribuir para a destruição do PT

Para governadores e parlamentares a ficha não caiu. Aplicando a política do governo golpista e votando em partido golpista, prestam um grande desserviço à urgente tarefa de reconstrução do PT.

Após o Congresso aprovar a PEC 55 combatida nas ruas e pelo PT na Câmara e no Senado, os governadores petistas do Ceará, Camilo Santana, e do Piauí, Wellington Dias, fizeram aprovar nas assembleias legislativas PECs inspiradas na PEC de Temer.

No Ceará, entre outras medidas se prevê corte de gastos por 10 anos, aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, redução de 25% dos salários de servidores com cargos comissionados, redução de 10% das despesas correntes (gasolina, papel, eletricidade, água, etc.) A estrutura pública também será enxugada com o fim de secretarias e concessão à

iniciativa privada do Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa).

No Piauí, a PEC foi aprovada com um forte esquema de segurança para conter os protestos dos servidores e seus sindicatos apoiados pela CUT-PI. Diante dos protestos o governo se limitou a suspender o teto para o ano seguinte, caso a receita líquida do Estado do ano anterior atinja 10%.

Os reajustes, concursos e contratações ficam atrelados a novos parâmetros e o reajuste anual será com base na receita.

Odeni Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-PI), disse que a PEC compromete o início do ano letivo e apontou a greve como inevitável. “Deixamos aqui o nosso repúdio e indignação. Nós sabemos que no próximo ano teremos mais dificuldades em aprovar o piso dos professores e teremos uma

maior contribuição previdenciária”, declarou Odeni.

Os governadores do PT e suas bancadas estaduais insistem no erro de se chocar com sua base social aplicando o ajuste fiscal, iniciado por Dilma, e agora muito aprofundado por Temer.

“Sente tranquilo na cadeira”

Em São Paulo, Milton Leite (DEM) foi eleito presidente da Câmara Municipal, com o lamentável apoio da bancada do PT. Só vereadora Juliana Cardoso se absteve. Leite já anunciou cortes de gastos na remuneração dos servidores do Legislativo e um Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Já o ex-prefeito Haddad (PT), na posse de João Dória (PSDB) disse que fez a transição como se fosse “com um irmão”. Disse ainda que Dória “pode sentar na cadeira de prefeito tranquilo para colocar seu programa de governo

para rodar”. Faz parte do programa de Doria a venda do autódromo de Interlagos e do Anhembi, além da concessão de parques municipais. Ainda na posse de Dória, o governador de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), elogiou Haddad pela sua “postura republicana”.

Em contrapartida em Salvador, corretamente resolução da Executiva Municipal do PT, contrária ao voto no DEM apoiou o lançamento da companheira Marta Rodrigues para presidente da Câmara. Os outros dois vereadores Suíca e Moises, não votaram na candidatada do PT, e deram o voto para Leo Prates do DEM. Em consonância com a posição adotada por unanimidade do DM Salvador, contra o voto no DEM, a Executiva do partido decidiu suspender, por 60 dias, os dois vereadores.

Nilton de Martins

5 pontos de unidade pela reconstrução do PT

Proposta do DAP ao 6º Congresso do PT

O PT está ameaçado. O golpe que nos atingiu é fruto da reacionária ofensiva da classe dominante, através dos seus instrumentos, as instituições - Judiciário e Congresso - e a mídia.

Agora, o PT precisa reconhecer os erros e reorientar a sua política para reconstruirmos o principal instrumento contra a regressão social e econômica que os golpistas no governo tentam impor, em favor do capital financeiro,

O PT precisa reatar seus laços com a massa trabalhadora, cuja boa parte sancionou o PT nas últimas eleições, mas não lhe deu as costas (as absten-

ções, votos brancos e nulos também deixam claro que não depositam confiança em outro partido).

Mas a reconstrução do PT não é tarefa exclusiva de uma corrente ou das direções, mas da sua militância, que é maior que a soma de todas as correntes. Por isso, O Trabalho apoia a proposta de Chapas de Unidade pela Reconstrução do PT, em sintonia com seus fundamentos originais, para o processo eleitoral direto (PED) que iniciará o 6º Congresso.

J.A.L.



“A HORA É AGORA!”

1. Fora Temer, Nenhum Direito a Menos. Reaproximar nessa luta o PT da base sindical e popular, sua espinha dorsal, confrontada à destruição das garantias nacionais, como a entrega do Pré-Sal, e dos direitos sociais e trabalhistas (PEC 55, o ataque à Previdência e a flexibilização da CLT). E engajar o PT no apoio à Greve Geral proposta pela CUT.

2. Chega de Conciliação. Superar as contradições de 13 anos de governo onde, apesar de conquistas importantes, optou-se pela adaptação às instituições herdadas, sem mexer nas estruturas, buscando a governabilidade numa política de alianças equivocada - simbolizada no “acordo nacional com o PMDB”. Aí se criou a cobra que nos deu o bote!

3. Não participar de governo com golpista. O PT não deve governar com os partidos que apoiaram o golpe e aplicam uma política de ajuste brutal contra o interesse popular e nacional. Não é possível compactuar com a participação em 1676 administrações, na maioria do PMDB, PSD, PP, PSDB e DEM!

4. Constituinte pelas reformas populares. Começa pela reforma política que libere o país das instituições corruptas, abrindo caminho para a reforma agrária, tributária, do Judiciário, da mídia, as reestatizações, o fim do superávit primário e a reconquista dos direitos quebrados pelos golpistas. É preciso enfrentar a estrutura elitista e antidemocrática do Congresso Nacional dominado pelas oligarquias, o Judiciário golpista que persegue o PT e quer ser o poder soberano do estado de exceção. O PT nasceu para mudar as atuais instituições e não para ser mudado por elas.

5. Fim do PED, volta dos encontros de base com discussão e decisão. Para retomar a força do partido de baixo para cima, partido das massas trabalhadoras baseado na militância que discutia, decidia e se engajava nas lutas nos bairros, nas fábricas, no campo e nas escolas, levando ali o PT e trazendo com sua participação, os anseios daqueles que nascemos para representar!

A hora é agora! Vamos reconstruir o PT contra o caos com que os inimigos dos trabalhadores ameaçam e a nação.

SP, 9.12.2016, Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP)

Maia e Eunício não dá!

O uso do cachimbo deixou a boca torta?

A renovação Mesas da Câmara e do Senado será no começo de fevereiro. A decisão das bancadas do PT será em 16 de janeiro, mas a imprensa especula sobre o apoio do PT aos candidatos a presidente preferenciais de Temer, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O regimento prevê proporcionalidade na composição das mesas do Congresso Nacional, onde o PT tem a segunda bancada da Câmara e a terceira do Senado (poderia pleitear vice-presidência, secretaria etc.).

Mas como a regra prevê “blocos partidários” e Maia ameaça formar um “bloco” para derrotar os concorrentes (Jovair-PTB e Rosso-PSD) e esmagar o PT, já há petistas justificando votar em Maia no primeiro turno. O objetivo é não ficar de fora da Mesa Diretora da Câmara “mais um biênio”, depois da derrota para Cunha (no Senado, à época, Jorge Viana do PT entrou de vice-presidente, que não serviu para muita coisa no golpe).

Então, se a composição das Mesas

não é exatamente como a aliança para governar, o resultado pode ser ainda mais vergonhoso: compor com os líderes do golpe e desmoralizar a luta contra o golpismo e o Fora Temer. A explicação, o “programa” do acordo de chapa, são os cargos que, segundo a imprensa, poderiam chegar a 80 nomeações. Recorde de cretinismo parlamentar!

O novo líder do PT na Câmara, Zarattini, diz que “a discussão de apoiar golpista ou não é secundária” (OESP, 11/01).

O dirigente e deputado do PCdoB, Orlando Silva, está em campanha para eleger Maia presidente da Câmara.

O PT deve sair o quanto antes desse pântano, a direção deve puxar a bancada noutra direção. Há várias alternativas nas duas casas - lançar candidato próprio, apoiar um nome anti-golpista ou se abster.

É o mínimo que se espera de um partido de oposição, ainda mais face a um governo golpista!

Markus Sokol

“Volta Dilma”?

Fora Temer, coisa da “esquerda pequeno-burguesa”?!

O impeachment, sem crime de responsabilidade, foi um golpe contra o povo. Portanto, é justa a sua anulação. Para chegar lá é preciso avaliar porque Dilma caiu e os meios para restabelecer a democracia: no limite desta nota, resumindo, uma greve geral pelos direitos e a perspectiva da Constituinte, o que começa na luta pelo Fora Temer, o usurpador alçado pelo golpe.

Nos atos aparecem pequenos grupos pedindo “volta Dilma”, via a anulação.

Mas a própria Dilma não cogita disso nas entrevistas (fala em virar a página e eleições diretas). E de fato não há setores populares em luta pela sua “volta”, devido à decepção com as medidas de ajuste de seu segundo mandato.

Mas Edva Aguilar, de um daqueles grupos, prefere culpar “a própria esquerda (que) esqueceu os avanços econômicos conquistados pelo governo Dilma até 2014 e se somou aos golpistas, criticando ferozmente a Presidenta e seu governo pelos ajustes

e escolhas. Machismo e misoginia, infelizmente, não ocorreram só entre os inimigos políticos”. E chuta que “uma ocupação em massa do STF pode constituir a força para que esses ministros anulem o golpe”.

Mas quem sustentaria tal ocupação no país, do lado de fora? À esta altura, é muita ilusão nos ministros do STF, ignorar que só a força dos trabalhadores numa greve pode impor tal recuo.

Ilusões parecidas tem outro grupo, o PCO: “os advogados de Dilma

Rousseff entraram com mandado de segurança no STF” (...) “a exigência de que o Judiciário se pronuncie é uma ferramenta para mobilizar amplos setores”. Agressivo, o site PCO denuncia “os elementos da esquerda pequeno-burguesa que pede o Fora, Temer!, abandonando a luta contra o golpe” (1/2/2017).

Antes de acusar, o PCO dilmista deveria testar em panfletagens em fábricas ou terminais populares, a audiência do “volta Dilma”.

A crise dos estados e a resistência dos trabalhadores

Sem receber salário e com corte de gastos, servidores e serviços públicos estão ameaçados

A situação fiscal dos estados é dramática. As unidades da Federação terminaram o ano com um déficit que soma R\$ 56 bilhões, oito estados com atraso no pagamento de salários. Dia 20 de dezembro, a Câmara dos deputados votou o chamado “pacote de ajuda aos estados”, que deveria sacramentar o acordo de junho com os governadores.

A Câmara retirou quase todas as exigências de contrapartidas dos estados. Apesar de manter o congelamento de reajuste dos servidores por dois anos (originalmente seriam vinte) e autorizar financiamento apenas para auditoria da folha dos servidores e estudos de reestruturação das dívidas com o Bancos, o ministro Meirelles, repudiou o resultado e Temer vetou o projeto aprovado.

Servidores resistem

A situação mais grave é a do Rio que terminou 2016 com R\$17 bilhões de déficit que deve ir a R\$73 bilhões em 24 meses. Para além da dívida com a União, pesou a redução dos royalties do petróleo e as isenções fiscais - R\$ 200 bilhões nos últimos 10 anos. Sob a lógica do acordo dos governadores com Temer em junho, o governador Pezão (PMDB) mandou em novembro um pacote de maldades para a Assembleia Legislativa (ver OT 799). A reação dos servidores públicos foi imediata. A Assembleia Legislativa esteve permanentemente sitiada



Manifestantes contra pacote são fortemente reprimidos

e foram várias as demonstrações de resistência. Em 19 de dezembro o líder do governo na ALRJ, Jorge Picciani informa a retirada do pacote e promete reapresentar em 2017. Mas, Picciani reconhece que “Pezão não possui apoio popular para implementar as reformas necessárias, está fragilizado e não é transparente (sic). O governo é fraco”. Depois de dar uma liminar impedindo o bloqueio de R\$ 373 milhões das contas do estado, pela União, a ministra Carmen Lúcia discute com Temer um acordo para o RJ que repõe as condições do pacote retiradas na votação da Câmara.

No Rio Grande do Sul, o governo Sartori (PMDB), às vésperas no período das festas de final de ano, tentou aprovar seu pacote (ver OT 799). Sartori alega um déficit anual de R\$ 3

bilhões, valor próximo ao gasto anual com a dívida com a União, e num Estado onde a estimativa da renúncia fiscal é de R\$ 13 bilhões.

Como no Rio, a resistência dos servidores também não faltou. Durante a votação, a Assembleia Legislativa esteve sitiada. De um lado, a tropa de choque e, de outro, milhares de servidores e trabalhadores resistindo. Depois de aprovar parte de suas medidas, o governo retirou outras e, como no Rio, promete voltar a carga em 2017.

No Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro a posição firme da bancada do PT e noutro plano, da CUT, foram determinantes para ajudar a resistência dos trabalhadores do serviço público. Ao lado de tudo isso, cresce o desgaste desses governos chamados a aplicar cortes

MUNICÍPIOS: CRISE NÃO É MENOR

Se a situação fiscal dos Estados é dramática, a nos municípios beira o desespero. Em Minas Gerais, 89,3% das prefeituras não pagaram 13º, segundo a Associação Mineira dos Municípios, no Rio chega perto de 40%.

A queda da economia e a consequente diminuição na arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal do prejuízo tem ficado com os municípios; hoje, cerca 4.000 municípios têm grande dependência dos recursos desse imposto.

Em 1989, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) era composto por 20,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) e respondiam por 15% da Receita Administrada pela Receita Federal. Em 2012, apesar de ter sido ampliado para 23,5%, o montante correspondeu a apenas 10%.

A deterioração do FPM ocorreu porque o IPI e o IR que responderam por 72,7% da receita administrada em 1989, não chegaram a 43% em 2013.

Para ter uma dimensão do impacto basta dizer que, sem essas isenções, em 2013, FPM deveria ter sido de R\$ 92 bilhões, mas foi R\$ 20 Bilhões menor. Boa parte do dinheiro que falta nos municípios está saindo para o bolso do ricos.

e enfrentar tanto os servidores quanto, de maneira geral, o povo.

Laércio Barbosa

Chacina de Manaus: a ponta do iceberg

Dados revelam a falência do Sistema Penitenciário no Brasil

A chacina no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus (AM) com 56 mortos, seguida por 33 executados em Boa Vista (RR) marca início do ano.

Após três dias de silêncio, o golpista Temer disse ser um “acidente” e seu Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes isentou governos e culpou a empresa Umanizzare, responsável pelo presídio.

Os dados revelam, que isto é apenas a ponta do iceberg de um Sistema Penitenciário falido, a caminho de explodir.

Tragédia anunciada

O Brasil tem 622 mil presos para 372 mil vagas, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen/Ministério da Justiça). Destes, 40% são provisórios, sem condenação em primeira instância. O complexo em Manaus tinha 1.229, 58% provisórios, para 454 vagas.

Em dois anos o governo federal redu-

ziu 85% dos repasses aos Estados para construção de novas penitenciárias, além das verbas para reestruturação e modernização de presídios. Cerca de R\$ 3 bilhões do Fundo Penitenciário (Funpen) foram contingenciados para fazer superávit primário para pagar juros da dívida. Não por acaso, afirma uma desembargadora esta ser uma “tragédia anunciada”.

A pressão de empresários, governantes e magistrados, como o tucano Gilmar Mendes que afirma haver “bons presídios privados”, é para privatizar as prisões.

Grande negócio

Estas condições alimentam o crime organizado que age de dentro das cadeias. As três principais organizações – Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN) - envolvidas na chacina, movimentam bilhões. Administram todo tipo de negócio desde times de futebol, corrupção de juízes para compra de prisão

domiciliar, até financiamento eleitoral.

Tem sentido a denúncia do deputado federal, Padre João (PT), que “setores políticos e econômicos pretendem transformar o sistema carcerário num grande negócio”.

Os dados da ONU revelam que o

crime organizado lucra cerca de US\$ 4 trilhões, sendo US\$ 1 trilhão do narcotráfico, segundo trilogia de Carlos Amorim (Record), fato impensável sem as conexões com o sistema financeiro.

P. Vilela

“UMA CHACINA POR SEMANA”

A declaração do (ex) Secretário Nacional de Juventude, Bruno Júlio, também Presidente da Juventude do PMDB, escancara a política do golpista: “Sou meio coxinha. Tinha era de matar mais. Fazer uma chacina por semana!” Assim tratam os jovens negros, 61,6% dos presos no país.

O governo que reduziu recursos do Fundo Penitenciário por Medida Provisória (dez 2016) e limita gastos por 20 anos, além de criminoso, superestima as facções como fez Ministro Moraes, “coincidentemente” notório advogado do PCC.

A situação exige medidas emergenciais, desde verbas e concurso público, melhorias para agentes penitenciários, combate à privatização dos presídios e desmilitarização das polícias e gestão pública.

Em meio à crise e após o golpe, isso se liga à luta pelo Fora Temer e uma Constituinte para reformas e reconquistar direitos. Sobre tudo, porque é o futuro do país e da nossa juventude que está em jogo.

Barrar as contrarreformas de Temer com a greve geral!

CUT não deve entrar na armadilha de negociar o “mal menor”

No final de 2016, o governo Temer anunciou a “reforma da Previdência” (PEC 287), na verdade uma contrarreforma, e medidas de flexibilização de direitos trabalhistas.

A contrarreforma da Previdência cria um regime único com idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres (setor público e privado, rurais e urbanos), tempo mínimo de 25 anos de contribuição para aposentadoria proporcional (hoje são 15 anos) e de 49 anos para se obter a aposentadoria integral (hoje 35). Deixando de fora apenas a casta militar, os juizes e parlamentares, ela ainda retira benefícios de idosos e deficientes, desvinculando-os do salário mínimo e aumentando a idade mínima para recebe-los de 65 para 70 anos.

O argumento, idêntico ao dos ataques ocorridos em outros países, é o demográfico: que “se vive mais”, logo há que se trabalhar mais tempo para financiar o sistema, sob pena do rombo inviabilizá-lo. Rombo que, como demonstram especialistas, não existe, pois de seu cálculo o governo retira taxas e impostos que financiam a Seguridade social (da qual a Previdência faz parte).

Na verdade, o que se pretende é abrir espaço para os fundos de pensão e as



carteiras de previdência privada dos bancos, ao dificultar o acesso à Previdência pública. Não há nada a ser negociado nessa contrarreforma, ela tem que ser retirada ou derrotada pela mobilização da classe trabalhadora.

Pacote trabalhista rasga CLT

O PL 6787 traz medidas como: ampliar o trabalho em tempo parcial (remunerado por hora); incluir na CLT um artigo (611-A) que concretiza a tese do “negociado prevalecer sobre a lei”, dando aos acordos e convenções coletivas a prerrogativa de fixar condições inferiores às estabelecida em lei; ampliar o uso do trabalho temporário,

que poderá ser combinado com o trabalho em tempo parcial.

O PL também estabelece uma “representação no local de trabalho”. Seria a velha proposta da CUT de organização no local de trabalho (OLT)?

Longe disso, trata-se de um mecanismo para afastar os sindicatos das negociações nas empresas, com a eleição (onde houver mais de 200 empregados) de um representante que atuaria na negociação do acordo coletivo e na conciliação de conflitos trabalhistas. Tal representante seria eleito sem vinculação com o sindicato e passaria a “concorrer” com ele para firmar acordos de redução

de salários e direitos.

Também no final de dezembro foi editada a MP 761, já em vigor, que muda o nome do PPE (Programa de Proteção ao Emprego, redução de jornada com redução de salário) para Programa de Seguro Desemprego (PSE). Polêmico na CUT, que em seu congresso de 2015 manteve a posição de “redução da jornada, sem redução de salário”, o ex-PPE se revelou incapaz de preservar empregos, tendo atingido apenas 70 empresas e cerca de 40 a 50 mil trabalhadores em todo o país. O risco é o de transformar algo que se pretendia “conjuntural” em permanente.

Em suma, a CUT deve recusar tanto a contrarreforma da Previdência, como o pacote de flexibilização trabalhista do governo Temer. Deve virar às costas à armadilha de negociar “o menor dos males” e voltar-se para a mobilização de suas bases para a greve geral por “Nenhum direito a menos”.

E o tempo urge, pois a tramitação no Congresso desses ataques deve ser acelerada, prevendo-se a votação da Previdência para março e do pacote trabalhista para junho.

Julio Turra

Judiciário e MPF a serviço do grande capital

STF interfere até no Congresso reacionário, enquanto a Lava Jato ataca Lula e favorece multinacionais

O imperialismo sabe que sempre pode contar com o Supremo Tribunal Federal (STF) para dar seguimento ao golpe. E, como os golpistas e seus patrões do capital financeiro não admitem qualquer contestação a suas políticas, mesmo que venha do reacionário Congresso Nacional, os poderes dos ministros do STF são úteis a seus planos.

É o que explica a liminar concedida pelo ministro Luiz Fux determinando que o pacote de dez medidas “contra a corrupção”, aprovado pela Câmara dos Deputados com modificações, seja votado novamente, sem emendas ao projeto original – apresentado a partir de campanha do Ministério Público Federal (MPF).

Não é um acaso. No jornal “Valor” (16/12/16), a coluna de César Felício cita uma frase de outro ministro do STF, Luiz Roberto Barroso, dita em 2015: “O Supremo desempenha em certas circunstâncias um papel representativo. E, (...) em situações excepcionais, as cortes constitucionais de todo mundo devem

desempenhar um papel de vanguarda iluminista, que é o de fazer empurrar a história em determinadas situações civilizatórias vitais quando o processo político majoritário não tenha sido capaz de fazê-lo”. Em vez de “empurrar a história”, mais apropriado seria dizer que o STF se aproveita da confusão institucional para fazer o golpe andar.

Agindo como se estivessem acima dos interesses das classes, Judiciário e MPF defendem posições de interesse do grande capital. O grande empecilho a essas pretensões é a existência de organizações do movimento operário e popular, em particular PT e CUT. Por isso, a Operação Lava Jato precisa atacar o PT.

Contra a soberania nacional

Em dezembro, o juiz Sérgio Moro transformou Lula em réu de mais um processo. Já são cinco – quatro na Lava Jato e um na Operação Zélotos. Dessa vez, para tentar vincular o ex-presidente ao processo, o MPF e Moro incluíram a história de con-

cessão de um terreno para o Instituto Lula – terreno que não é nem nunca foi do instituto!

O outro interesse da operação é atacar as empresas brasileiras, em favor de multinacionais que queiram ocupar o lugar da Odebrecht, por exemplo, no mercado. Não se trata de defender a Odebrecht, que, como qualquer empresa, explora seus trabalhadores e está imersa na corrupção inerente ao capitalismo. A questão é a defesa da soberania nacional e dos interesses estratégicos do país.

Três países (Equador, Peru e Panamá) já cancelaram negócios com a Odebrecht. E foi o Departamento de Justiça estadunidense que divulgou um levantamento de US\$ 1 bilhão em propinas pagas pela Odebrecht em 12 países. Não houve denúncias de pagamentos feitos nos EUA, mas a justificativa para essa interferência na investigação é que as empresas “têm vínculo” com os EUA.

Nada disso é improvisado. A cooperação internacional no suposto

“combate à corrupção” existe há anos, com a participação do MPF. Artigo do jornalista Luis Nassif (leia em goo.gl/ZZMyTl) relata que, ao longo de várias conferências do MPF, foram se consolidando posições, entre as quais a de que a soberania nacional é o “principal adversário da cooperação”. Ele cita um texto de publicação do MPF que diz: “A cooperação jurídica internacional constrói a ideia de um espaço comum de justiça, com reconhecimento mútuo de jurisdições. (...) a transformação do mundo em uma aldeia global termina por promover essa ideia, inegavelmente ligada à relativização do dogma da soberania”.

Um mundo sem soberania dos Estados, em que o capital financeiro coloca juizes, procuradores e delegados para trabalhar diretamente a seu favor, mas sempre, claro, como se estivessem defendendo a sociedade.

Cláudio Soares

África do Sul/Azânia

Entrevista com Lybon Mabasa do Socialist Party of Azania (Sopa)

Às vésperas do Congresso de fundação de uma nova central sindical na África do Sul, país que passa por uma profunda crise, mas marcado pela resistência dos trabalhadores e da juventude, reproduzimos trecho de uma entrevista com Lybon Mabasa, publicada no jornal francês *Informações Operárias*, do Partido Operário Independente. Lybon é presidente do Sopa (sigla em inglês do Partido Socialista da Azânia). Membro da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, Lybon esteve presente à reunião de 20 e 21 de dezembro em Argel que lançou a proposta da realização de uma Conferência Mundial Aberta contra a guerra e a exploração a se realizar em outubro de 2017 (ver pág.12)



Qual é a situação do governo Zuma?

Lybon Mabasa - O governo Zuma enfrenta sua maior crise interna desde que o Congresso Nacional Africano (CNA) chegou ao poder com Mandela, em 1994. Crise econômica e política do regime que é produto das negociações de Kempton Park (acordos com a minoria branca pelo fim do Apartheid, NDT).

Com esses acordos a maioria negra obteve o mínimo, ou seja, o direito ao voto. Num país onde a economia era baseada na superexploração do povo negro, acreditou-se no slogan de Nelson Mandela: "Uma vida melhor para os negros", esperando poder ter moradia, acesso a uma melhor educação, o direito à terra e melhorar as condições de vida. Mas a realidade é que isso não aconteceu. As condições de vida para a maioria negra se degradaram, as privatizações do novo governo levaram milhares e milhares de trabalhadores a perder seus empregos. Além disso, a corrupção atingiu todos os níveis de governo, como se fosse algo inevitável.

A submissão às instituições financeiras internacionais, que começou no governo Mandela, agravou-se com seu sucessor Mbeki, para tornar-se um pesadelo no governo Zuma, que não só manteve a subordinação ao capital financeiro internacional, como entregou aos capitalistas locais enormes impérios. A tal ponto que um órgão constitucional chamou essa política

de "State capture report" (captura do poder de Estado por interesses privados).

O repúdio ao governo Zuma vem de múltiplos setores e foi agravado quando foi pedida a sua renúncia. Ele se manteve no poder, mas não controla mais seu ministério, tamanho é o questionamento que sofre de partes do aparelho de Estado.

Isso ocorre num momento em que o país entrou em ebulição. Os problemas levantados pelos estudantes não foram resolvidos. O desemprego aumentou em 10%. A moeda nacional, o rand, desabou, prejudicando o poder de compra da população mais pobre. Nessa situação, o país viu sua nota diminuída pelas agências de risco ao seu nível mais baixo.

Apesar dessas circunstâncias difíceis, os trabalhadores resistem. A decisão foi tomada, por exemplo, de constituir uma nova central sindical independente do governo e do capital.

Como está agora a constituição dessa nova confederação sindical?

LM - Os trabalhadores tiraram as lições de Marikana (massacre de 34 mineiros em greve em 2012, NDT). Eles não confiam num governo submisso aos capitães da indústria e ao grande capital financeiro para obter a satisfação de suas reivindicações. Eles acreditam que a independência face ao governo, ao capital e os grandes patrões é um instrumento para combater pelas reivindicações e defender as conquistas arrancadas nos anos 80.

"Marikana nunca mais!" tornou-se uma palavra de ordem dos trabalhadores, significando a sua vontade de combater pela unidade para defender suas reivindicações contra todos os que querem impedir que isso ocorra. O Comitê de organização para a criação, em março, de uma nova central sindical, informou que 54 sindicatos (nacionais, NDT) já estão filiados. Isso faz uma grande diferença com

os 17 sindicatos que ficaram na COSATU (central tradicional ligada ao CNA, NDT).

E quanto aos estudantes?

LM - O Sopa está empenhado em ajudar o movimento estudantil, com reuniões semanais com seus líderes para promover a relação com o movimento operário nas cidades e bairros negros. A discussão com o Sopa tem permitido, por exemplo, a visita de estudantes a Marikana, para conhecer as condições de vida e de trabalho da classe operária negra da África do Sul.

Para concluir?

LM - Continuamos construindo o Sopa nessa situação marcada pela crise que engloba o partido dirigente

do país. Nosso partido deve responder às necessidades da maioria negra da África do Sul, insistindo sobre as causas da atual situação e os danos causados ao país pelos acordos de 1994. Pela primeira vez de forma mais ampla muitos militantes da comunidade negra tomam consciência de que efetivamente esses acordos estão na raiz dos problemas, pois antes somente o Sopa colocava essa questão.

Explicamos que não haverá solução sem o fim das privatizações, se a questão da expropriação das terras sem indenizações não for resolvida, se não se constituírem organizações operárias fortes que permitam levar essa luta. Continuamos o combate por uma República negra baseada nas aspirações da maioria negra.

UM GRANDE PASSO PARA A NOVA CENTRAL SINDICAL

O congresso de fundação da nova central sindical da África do Sul – que é resultado da ruptura de dezenas de sindicatos nacionais importantes, como metalúrgicos e mineiros, com a COSATU pela sua subordinação ao poder de Estado – vai ocorrer de 24 a 26 de março na cidade de Gauteng.

Seus organizadores, numa declaração pública sobre a situação econômica e política da África do Sul, apresentaram suas propostas gerais e as relacionadas à crise na Educação (trechos abaixo):

"Chamamos uma greve geral no dia da apresentação do orçamento do governo. Serão organizadas marchas através do país que se reunirão diante dos edifícios do Parlamento e da União. Nós esperamos milhares de pessoas (...). Nosso alvo é todo grupo de representantes do capital monopolista branco, principalmente aqueles que pertencem ao 1% que controla a economia mundial (...).

Nós nos uniremos aos estudantes, do secundário como do superior, para exigir uma educação gratuita, obrigatória, descolonizada e de qualidade para todos. Nós insistimos sobre o fato de que a educação é um direito, não um privilégio, e por consequência não deve ser transformada em mercadoria vendida apenas aos que podem pagar. Aumentar as taxas de 8% como fizeram a Universidade do Witwatersrand e outras instituições, agrava o problema, e nós estamos prontos a reunir os estudantes em janeiro. Nós exigiremos que o governo tome medidas concretas para assegurar que todos os problemas encontrados pela educação, desde o maternal até a entrada na universidade, sejam tratados de maneira decisiva. Isso inclui a exploração dos educadores bem como as carências do sistema educativo que abandonam pelo caminho até 50% dos alunos, que saem sem nenhuma qualificação."



Manifestação estudantil na África do Sul, outubro de 2016

EUA: Trump monta time de guerra contra os trabalhadores

Mercado acolhe bem os nomes indicados para o gabinete do presidente

Eleito, e já ratificado presidente dos EUA pelo colégio eleitoral de delegados, Trump começará agora a aplicar sua política, cujo conteúdo real já se desenha com as primeiras nomeações para seu gabinete. Nele, a despeito do discurso eleitoral “anti-establishment” que fizera (contra o próprio aparelho do partido Republicano), Trump dá agora um lugar a ex-executivos do grupo financeiro Goldman-Sachs e ex-militares de alta patente.

Não se trata apenas de abandonar promessas eleitorais que caducaram. Trata-se também da preparação de um ataque frontal contra as conquistas da classe operária, tanto nos EUA quanto em escala internacional, em favor do imperialismo estadunidense. Lembremos que a campanha de Trump contra o aparelho de seu partido era afinal devido a fraqueza do mesmo, que não lhe permitia confrontar a classe operária com o vigor que ele julga necessário.

Os mercados, aliás, acolheram bem os primeiros nomes do gabinete e Wall Street bateu recordes com seus anúncios. O FED (banco central dos EUA) elevou na sequência sua taxa de juros, indicando esperança na capacidade de Trump de retomar o crescimento nos EUA.

Mas, ao mesmo tempo, todos ressaltam o risco de “desestabilização”. As declarações em favor da Rússia de Putin, se combinam com sinais enviados contra a China, e poderiam anunciar mudanças de aliança que ameaçam o pouco que resta do equilíbrio construído depois da Segunda Guerra. O lugar mínimo que Trump pretende dar à Otan (aliança militar comandada pelos EUA) e, portanto, aos países europeus é tam-

bém um fator de inquietações expressas por representantes do imperialismo.

Tais inquietações, porém, não dizem respeito aos objetivos de Trump, mas à sua capacidade de colocá-las em prática, e às reações que podem provocar.

Petróleo e exército nas Relações Exteriores

Depois de um elenco apresentado como nos programas de “reality-show” na TV, Rex Tillerson foi nomeado secretário de Estado (equivalente a ministro das relações exteriores). Em um país ao qual cabe, desde a 2ª Guerra Mundial, o papel de “polícia do mundo” em favor do imperialismo, tal posto é central.

Tillerson nunca exerceu nenhuma função pública: é presidente da gigante petrolífera Exxon (Esso). É próximo da Rússia de Putin, sendo até mesmo por ele condecorado, mas essa é apenas uma parte da história: como dirigente da Exxon, ele é próximo de todos aqueles que poderiam lhe vender petróleo, principalmente a Arábia Saudita. Se hoje isso é uma falha para a administração estadunidense, foi durante muito tempo para ele uma qualidade. O jornal francês “Le Monde” assinala que ele “rompeu as dificuldades da diplomacia dos negócios, a ponto de se libertar, por vezes, de consignas do governo estadunidense”. Afinal, conforme um outro ex-presidente da Exxon, Lee Raymond, “A Exxon não é uma empresa estadunidense, mas mundial. Suas decisões não são calcadas nos interesses dos EUA”. Tillerson foi nomeado para desenvolver uma política a serviço do capital financeiro, cujos interesses se chocam há vinte anos com o imperativo, para o governo estadunidense, de manter um mínimo de estabilidade mundial.

O gabinete terá também três generais aposentados. O secretário de Segurança Interna é o ex-comandante em chefe das Forças Armadas estadunidenses na América Central e do Sul, que abrange a base de Guantánamo, que Obama havia prometido fechar, e que continua em operação. Tais militares aposentados assumiram posições de “falcões”, defendendo a utilização da tortura, a manutenção das prisões secretas da CIA e uma política agressiva contra o Irã etc; tudo associado à aplicação da política de Trump e de Tillerson.

Mas, como assinala o editorial do conservador jornal francês “Les Echos”, “a única certeza é que a delicada e caótica situação do mundo atual não dá a Trump margem a agir sem arriscar desestabilizar ainda mais. Mudar de rumo não é fácil, mesmo para um Donald Trump. E uma aproximação com Putin não lhe dará margem suplementar”.

Ataques aos serviços públicos e aos trabalhadores

No plano interno, as primeiras nomeações são também reveladoras.

O banco Goldman Sachs fornece regularmente ministros ao governo dos EUA. Isso é ainda mais verdadeiro para o gabinete de Trump, onde estarão pelo menos três de seus quadros antigos: no Tesouro, na Economia e na Estratégia.

A ministra da Educação nomeada é uma adversária de longa data da escola pública, em confronto direto com os sindicatos de professores e com todas as comunidades que procuram permitir que seus filhos tenham acesso ao ensino, a começar pela população negra estadunidense. O ministro da Justiça será Jeff Sessions, conhecido por suas

posições abertamente racistas. Com um sistema judiciário que pune muito mais os negros, essa nomeação é uma provocação contra toda a população negra e particularmente ao movimento “Black Lives Matter” (As vidas dos negros importam) contra a impunidade aos policiais racistas.

No Trabalho, a nomeação de Andrew Puzder, patrão de uma cadeia de “fast-food”, soa igualmente como uma provocação, já que os empregados de restaurantes de “fast-food” realizam há anos, periodicamente, greves sindicais para obter o aumento do salário mínimo e melhoria de suas condições de trabalho.

Para a Saúde, o nomeado é um oponente a qualquer proteção social que prometeu privatizar o conjunto do sistema de saúde, inclusive os dispositivos limitados do Medicare e do Medicaid (que atendem, respectivamente, idosos e pobres). Prometeu também suprimir do Obamacare todos os tetos para as mensalidades dos planos de saúde privados. Lembremos, aliás, que o Obamacare nunca atendeu os trabalhadores: o último congresso da central sindical AFL-CIO aprovou por unanimidade a reivindicação de uma seguridade social universal de caixa único (ou seja, sem seguradora privada). Longe disso, o Obamacare obriga os assalariados a aderirem a um plano de saúde privado. Por isso, Trump não pretende necessariamente revoga-lo; mas, antes, acabar com suas restrições às seguradoras.

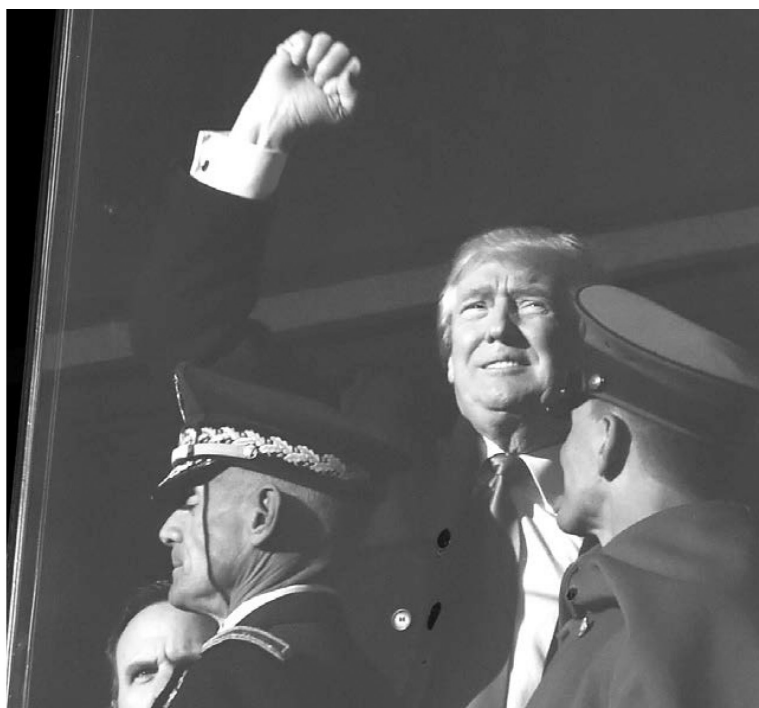
A AFL-CIO tem denunciado as nomeações de Trump: “o candidato Trump anunciava que frearia o poder de Wall Street, que protegeria a seguridade social e que garantiria boas escolas. Mas suas nomeações enviam um sinal oposto a isso”.

Ninguém duvida que os trabalhadores se defenderão. Sindicatos importantes, como o dos enfermeiros NNU, já reafirmaram a reivindicação de uma seguridade social universal.

Nesta semana o Senado terá de aprovar o gabinete, o que não está garantido. Há dúvidas sobre a capacidade do mesmo implementar as reformas pretendidas. Em todo o caso, tal gabinete deverá se confrontar ainda com os interesses dos “aliados” e “inimigos” dos EUA internacionalmente, bem como com a sua própria classe operária.

Devan Sohier

(Informações Operárias, jornal do Partido Operário Independente da França)



Rex Tillerson, da Exxon, Secretário de Estado (Relações exteriores); Trump, em jogo entre equipes do Exército e Marinha, 10 de dezembro

Conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração em 2017

Coordenação do AcIT lança sua preparação para início de outubro em Argel

Nos dias 20 e 21 de dezembro passado, reuniu-se na sede do Partido dos Trabalhadores em Argel (capital da Argélia, país do norte da África), a coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT).

O AcIT, criado na Conferência Mundial Aberta (CMA) de Barcelona em 1991, dotou-se de uma coordenação na conferência realizada em Argel em 2010, a qual designou os representantes do Partido Operário Independente da França (POI) e do PT argelino como responsáveis por organizar as reuniões com os companheiros de outros países e organizações então indicados.

Nessa reunião de dezembro estavam presentes, além dos responsáveis Louisa Hanoune (PT Argélia) e Geoffrey Excoffon (POI), Lybon Mabasa (Partido Socialista da Azânia, SOPA, África do Sul), Salah-Salah (membro do Conselho Nacional Palestino), Julio Turra (membro da executiva nacional da CUT-Brasil), Anton Vechkunin (sindicalista da Rússia), Gaby Clavier (sindicalista de Guadalupe, UGTG), Patrick Hebert (sindicalista CGT-FO da França) e Dan Moutot (POI). Foram justificadas as ausências de Gothard Krupp (sindicalista do Ver.di, Alemanha) e Jordi Salvador (deputado da Esquerda Republicana na Espanha) por compromissos assumidos em seus respectivos países.

Dar os primeiros passos para a CMA de 2017

Foi esse o centro do debate nos dois dias de reunião da coordenação do AcIT, partindo da apreciação

do momento de virada na situação mundial, simbolizado pela eleição de Trump nos Estados Unidos, que, ao mesmo tempo que demonstra uma crise política maior no seio do imperialismo dominante, anuncia uma intensificação dos ataques contra os direitos e conquistas da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, o que exige uma resposta em termos de mobilização internacionalista.

A 9ª CMA de iniciativa do AcIT, que vai se realizar em Argel entre os dias 5 e 8 de outubro deste ano, pretende ser uma ajuda para essa resposta, colocando toda a ênfase na necessidade de defender a independência das organizações construídas pelos trabalhadores, nos planos sindical e político, para fazer face à ofensiva destrutiva do imperialismo e, ao mesmo tempo, serem um ponto de apoio para que a mobilização das massas possa derrotá-la e passar à contraofensiva. Daí ser uma conferência contra a guerra e a exploração, instrumentos utilizados pelo sistema imperialista em crise para sobreviver.

A reunião da coordenação do AcIT adotou uma Declaração, que será tornada pública ao final de janeiro, juntamente com uma Convocação para a CMA, que será subscrita por militantes e organizações do movimento operário e anti-imperialista que estiverem de acordo, em todo ou em parte, com a Declaração e os elementos que a mesma levanta para o livre debate e a ação comum (ver box abaixo).

Repercussão na Argélia

Ao final dos trabalhos, a coordenação do AcIT fez uma con-



Secretária do PT da Argélia em coletiva de imprensa

corrida coletiva de imprensa na sede do PT argelino.

No dia 22 de dezembro, o jornal "El Watan" reportou a fala de Louisa Hanoune na coletiva: "O mundo se afunda num caos sangrento, que não poupará nenhum povo. A única certeza é que a classe operária e os povos oprimidos se levantarão contra esses ataques e, ao fazê-lo, terão necessidade de organização independente nos planos político e sindical".

Louisa falou também de seu próprio país: "A Argélia não está ao abrigo dessa crise mundial, ainda mais que ela sofre os contragolpes da guerra contra o preço do petróleo e é visada pelo imperialismo dos EUA e seus aliados europeus". Explicando a iniciativa, ela concluiu: "O AcIT, que não faz concorrência a qualquer sindicato ou agrupamento internacional, pretende agir em toda a parte onde existe respeitando a soberania da cada país, pela preservação das conquistas do movimento operário".

Já o jornal "El Massae", do mesmo dia 22, reproduziu a fala de Geoffrey Excoffon na coletiva de imprensa: "A conferência mundial aberta contra a guerra e a explora-

ção prevista para Argel realizará os objetivos traçados, em especial os relativos à formação de uma frente de resistência em nível internacional para enfrentar as ameaças e perigos que também atingem a região árabe e africana em nome da luta contra o terrorismo".

Foi dada a partida

Assim, já começou a preparação da Conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração, em outubro deste ano em Argel.

Dirigentes e militantes do movimento sindical, popular, anti-imperialista, de organizações e partidos políticos, serão procurados em cada país para a discussão da Declaração emanada da reunião da coordenação do AcIT e a solicitação de seu apoio, de modo que já apareçam dentre os primeiros signatários da sua convocação.

Certamente no Brasil também serão encontrados os pontos de apoio necessários para a preparação dessa CMA e o envio de uma delegação ampla e representativa a Argel no início de outubro deste ano de 2017.

Correspondente

CONVOCAÇÃO A APOIAR A CONFERÊNCIA EM ARGEL

"Nós, militantes operários, sindicalistas, militantes anti-imperialistas, de acordo com toda ou parte desta declaração, consideramos que os problemas colocados estão no coração das preocupações de todo o movimento operário para resistir e agir em defesa da classe operária, das organizações independentes e das nações oprimidas.

Que primeiras lições podemos tirar dos combates engajados pela classe operária, a juventude e os povos oprimidos neste novo período?

Que lições tirar do posicionamento político de diferentes forças e correntes que se reivindicam do movimento operário e anti-imperialista?

Que lições tirar dos métodos adotados em cada um de nossos países para superar os obstáculos encontrados e dar os primeiros passos sérios no agrupamento em massa da classe trabalhadora no seu próprio terreno?

Como nos apoiar, uns e outros, nessa batalha?

Para debater e encontrar soluções sobre essas bases comuns, assumimos a responsabilidade de convidá-los a participar na conferência mundial aberta de iniciativa do AcIT."

Assine O TRABALHO ★

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br